

O que deve mudar na economia

Ives Gandra Martins é professor de Direito Tributário da Universidade Mackenzie.

Muito se tem falado nos tempos atuais que o segmento privado da sociedade deve conformar-se com o sacrifício que lhe é imposto, sem poder discuti-lo, pois os tempos são difíceis e os direitos adquiridos de privilégios no segmento público não podem ser afetados sem uma séria ofensa à própria ordem jurídica nacional.

Quando Roberto Campos, com seu fino humor, afirmava que a Economia é a Ciência que se utiliza da geometria para explicar a miséria, não estava muito distante da realidade conhecida pelos bons economistas. Isto porque os maus economistas, sobre gerarem a pobreza, teimam em disfarçá-la, procurando, com argumentos que causariam inveja aos mais convincentes sofistas da Grécia clássica, mostrar que o mundo é um paraíso próximo de ser atingido, desde que haja grandes sacrifícios... por pouco tempo.

A evidência, o mundo atual longe está da visão daqueles técnicos, que tendo desestimulado o fluxo normal das livres leis econômicas, por contínua intervenção em seu processo, garantiram, todavia, o direito de controlar o poder da maior parte das nações. A má moeda, como já se afirmou, tira da circulação a boa e o mau técnico tira o bom técnico, por princípio semelhante.

Em planejamento econômico, a mais importante regra a ser seguida é o de que as despesas devem ser projetadas apenas a partir das receitas programadas. Tal regra serve tanto para a economia doméstica — e as donas-de-casa são excelentes economistas — como para a Economia Política.

O modelo brasileiro, entretanto, se orienta por princípio absolutamente oposto. As despesas são projetadas sem vinculação com as receitas e essas devem ser caçadas a partir daquelas programações. Se possível em teoria tal formulação, na prática os fatos têm demonstrado que essa realidade é a principal

geradora de crises sociais. O Brasil talvez seja o mais dramático caso de aplicação do princípio oposto às boas normas do planejamento. Enquanto participante de sua riqueza, o Estado pode intervir na Economia, de três formas, a saber: através da exploração direta (estatização), através do sistema financeiro e através da imposição tributária.

A sofrível performance de sua intervenção direta, contudo — podendo gerar, apenas na esfera federal, déficit de quase 15 trilhões de cruzeiros em 1983 e já denunciada por todos os setores sociais inclusive, de forma incisiva, pelo Tribunal de Contas da União —, termina por descompassar todo o ritmo da economia nacional.

Não sendo responsabilizáveis, por mecanismos legais bem preparados, os administradores diretos e indiretos do poder público podem-se ofertar soluções extremamente contraditórias para um período de crise, como participação no lucro de empresas estatais com prejuízo, uso de jatinhos oficiais para propiciar férias familiares, aquisição de equipamentos, máquinas e projetos inúteis e onerosos, manutenção de privilégios mordômicos e muitos outros, talvez de gravidade consideravelmente superior, não obstante o sacrifício exigido do segmento privado da sociedade (empresários, trabalhadores, poupadores e aposentados).

O desperdício oficial na sua exploração direta de parcela cada vez maior do bolo econômico, leva o Estado a aumentar consideravelmente a carga tributária e a pressionar o mercado financeiro na busca de recursos a fim de lançá-los neste tonel das Danaídas que é a administração indireta. Leva-o, inclusive, a expurgar os índices da remuneração do trabalho, da produção e da poupança, sem que o expurgo incida sobre os índices dos preços públicos.

O modelo econômico brasileiro, portanto, é avassalador e iníquo, razão pela qual de agosto de 1979

para cá só tem refletido resultados negativos, mais por sua própria insuficiência e menos por fatores externos, não obstante as justificativas oficiais desfoquem a verdadeira realidade em busca de outros bodes expiatórios.

É bem verdade que o ministro Rischbieter, ao entrar em rota de colisão com o sistema, tendo perdido condições de lá permanecer, alertou que o modelo econômico idealizado pelos novos condutores do planejamento levaria ao estado de insolvência nacional, a que chegamos, não obstante os desmentidos contínuos e monótonos dos últimos três anos de declarações oficiais.

As lições do passado estão a demonstrar que economistas, como Bulhões de Carvalho, Celso Furtado, Eugênio Gudin, incansáveis sinalizadores de caminhos diversos, têm razão. As mudanças são necessárias, a partir de uma redução sensível dos desperdícios oficiais e das inoperantes e deficitárias companhias do Estado. Até porque o problema maior não é dos homens, mas do modelo. Este, coletivamente, torna inúteis os melhores cérebros nacionais, se individualmente considerados.

O receio, entretanto, é que o voraz modelo atual venha a se transformar em modelo ingovernável na medida em que a pretendida revogação da lei da oferta e da procura, no setor financeiro, desestruture completamente o espírito de poupança, gerando fuga de recursos da produção, sobre criar, em certas áreas, pressão maior para um consumismo inflacionário.

Roberto Campos, em prefácio para livro nosso, afirmou que a boa regra do planejamento é "aceitar os fatos para evitar a fatalidade". Deve o governo federal consciencializar-se de que os fatos demonstram que o País não mais suporta o atual figurino, a fim de que evite a fatalidade que a história sempre reserva aos condutores insensíveis.